

Entrevista com **Cláudio Nascimento**, membro do Grupo Arco-Íris, coordenador geral da 13ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro e superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do RJ (SEAS.DH).

Qual o seu posicionamento com relação à criminalização da homofobia? Por quê?

Sou favorável à criminalização. Em primeiro lugar, é preciso equiparar os direitos dos cidadãos. Os homossexuais ainda são tratados como cidadãos de segunda classe no Brasil e há uma situação de impunidade muito grande quando se trata de violência contra homossexuais. Homossexuais ainda são demitidos do trabalho por serem homossexuais, sofrem constrangimento no atendimento em serviços públicos, têm um atendimento diferenciado, e é muito próximo da situação que os negros, as pessoas com deficiência, as mulheres e as pessoas que têm alguma religiosidade sofrem. Então, o que a gente quer é dar um status de igualdade de direitos e tratamento a todos os cidadãos.

Hoje, a Constituição Federal proíbe e pune qualquer tipo de discriminação a esses segmentos citados. Então, é preciso que isso também aconteça com a comunidade (LGBT). O que nós queremos, basicamente, é a equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo e de intolerância religiosa. Por qual motivo? É preciso dar um status de legalidade e reconhecimento no ordenamento jurídico no país de que os homossexuais existem e que essa discriminação tem que ser repudiada. É preciso uma resposta clara dos poderes constituídos de que a homofobia é um horror, uma chaga, algo que precisa ser repudiado e recriminado. Por essa razão, achamos importante haver essa legislação que criminalize a homofobia.

Em segundo lugar, há no senso comum uma idéia de que é natural ofender, bater, matar homossexuais. É ainda mais, a idéia de que a apuração dos crimes não chega a lugar nenhum, de que as pessoas podem fazer isso porque nada vai acontecer, ninguém vai dar importância. Há também uma idéia – em minha opinião, autoritária e, muitas vezes, fascista – de que elas estão fazendo uma limpeza social, prestando um serviço à população ao tirar os homossexuais do convívio da sociedade. Então, a natureza da homofobia, que no começo era de alguém ter dificuldade de lidar com homossexuais, ter emocionalmente uma postura de preconceito, ao longo dos anos foi se constituindo como uma prática política, como uma ideologia, que vem se cristalizando na sociedade como um sistema. Por essa razão, hoje o termo “homofobia” tem sido usado de forma mais abrangente. Não apenas como uma visão subjetiva de um ser sobre o outro, mas como uma prática discriminatória de um cidadão contra o outro por conta da sua orientação sexual.

Hoje, a cada dois dias, um homossexual é assassinado no Brasil. Por exemplo, a pesquisa da Universidade Cândido Mendes, UERJ e Grupo Arco-Íris, chamada Política, Direitos, Violência e Homossexualidade, aponta que quase 70% dos homossexuais entrevistados já sofreram algum tipo de violência por causada sua orientação sexual. Então, não é possível que isso aconteça e não haja nenhum tipo de posicionamento, de atitude, dos poderes constituídos. Não dá para que esse tipo de agressão motivada por ódio seja apenas considerada lesão corporal. É preciso ir mais além, ser reconhecida como crime de ódio, hediondo, e crime político, ideológico.

Como você avalia o PLC 122/2006 (projeto de lei pela criminalização da homofobia), que tramita no Senado?

É preciso dizer que esse projeto já vem sendo discutido há muitas décadas no Brasil, com a comunidade homossexual, movimentos de Direitos Humanos etc. No processo de criação da Constituição de 1988, nós tentamos incluir também a discriminação por orientação sexual como crime. Porém, à época, os deputados argumentaram que a palavra “sexo” já conseguia dar conta de tudo. Foi um grande truque para retirar a questão da proteção dos direitos homossexuais. Depois, houve outras tentativas. Deputados como Walter Feldman, José Genuíno e outros, na década de 90, tentaram incluir uma emenda constitucional. Depois, começamos a pensar se o melhor caminho era trabalhar pela emenda na Constituição ou se seria melhor fazer uma proposição legislativa na lei ordinária, que trata de classificar a questão do racismo, do preconceito. Então, a lei vem claramente definir a equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo e de intolerância religiosa. Se substituirmos, no projeto de lei atual, a expressão “cidadania homossexual” por “negro”, “judeu”, “pessoas com deficiência” ou “mulheres”, vamos ver que estamos reivindicando a mesma coisa que já existe para esses segmentos. Não há nada de novo.

Também é importante destacar que existe um setor na sociedade conservador, reacionário e fundamentalista religioso que vem tentando ganhar a opinião da sociedade dizendo que o projeto de lei atenta contra a liberdade de opinião e expressão, o que é uma mentira. O projeto deixa bem claro que liberdade de opinião e expressão foi uma grande conquista da sociedade brasileira que nós defendemos radicalmente. Porém, não se pode confundir liberdade de opinião com incitação à violência e discriminação. É o que acontece com alguns setores, que usam esse argumento da liberdade de opinião para transmitir inverdades científicas, mentiras, ilegalidades. É uma postura altamente autoritária, de desrespeito à subjetividade do outro, de não reconhecer que a homossexualidade é uma expressão da sexualidade humana, como é a heterossexualidade, e que esse direito deve ser garantido e respeitado.

As religiões têm todo o direito de expressar seus dogmas, suas visões em relação à homossexualidade ou sobre qualquer assunto. Porém, não podem fazer de seus dogmas uma lei para toda a sociedade. Não podem querer impor sua verdade como verdade absoluta. Esse é o grande debate, que coloca em xeque a grande discussão da sociedade secular versus a sociedade laica. A Constituição Brasileira diz que o Estado é laico, desvinculado de religiões. Até porque quando apenas um segmento religioso tem o controle sobre a política e sobre o Estado, outros segmentos religiosos vão estar excluídos. Então, o Estado laico não é só bom para os homossexuais, como é importantíssimo e estratégico para a defesa e proteção das próprias religiões, para permitir que elas coexistam harmonicamente.

Você acredita que essa lei viria acabar com a homofobia ou são precisas outras iniciativas?

Eu acredito muito no acúmulo de forças. Acho que as coisas acontecem aos poucos e são processuais. À medida que vamos conquistando cada passo, vamos avançando. Então, a lei não vai mudar uma realidade de uma hora para a outra, uma realidade de homofobia e intolerância muito fortes. Mas ela tem papéis simbólicos e políticos importantíssimos. Primeiro, de dizer que o Estado brasileiro reconhece a comunidade

LGBT como parte de seus cidadãos e que vai mobilizar esforços para protegê-los. Segundo, que muitas pessoas que hoje já denunciam casos de discriminação teriam um instrumento poderoso para se defenderem.

Mas a política de combate à homofobia precisa estar combinada com uma série de estratégias: a estratégia legal; as campanhas informativas contra a homofobia, a ampliação das redes de proteção social, para haver mais pessoas e instituições informadas sobre situações de discriminação e com condições de difundir informações sobre cidadania homossexual; as políticas públicas e equipamentos, como centros de referência, disque-cidadania LGBT, serviços na área de Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública, que possam dar conta de atender à demanda de homossexuais vítimas da homofobia.

Então, a lei viria, primeiro, mostrar que há uma resposta do Estado; segundo, garantir que a situação sofrida não vai ficar na impunidade; terceiro, ser uma referência positiva para que outras pessoas procurem esses serviços.

Qual é a importância de a Parada do orgulho LGBT do Rio levantar essa bandeira?

A Parada do Orgulho LGBT tem um papel muito importante, não só a do Rio, mas em todo o Brasil. Esse ano, somando todas as paradas do Brasil, teremos em torno de 8 milhões de pessoas mobilizadas em todo o país dizendo “não” ao preconceito, entre homossexuais e heterossexuais, o que mostra que nossa bandeira de luta ultrapassa nosso quintal, está em outras fronteiras.

A Parada também tem papel importante para marcar nossa existência, nossa visibilidade, para dizer “nós existimos e estamos em todas as partes”. Porque há uma tentativa de nos silenciar, de nos esconder. Muitos dizem assim: “não tenho nada contra homossexuais, desde que vivam seus relacionamentos entre quatro paredes”. É como se condenassem os homossexuais ao esconderijo, ao obscuro, ao abominável.

A Parada é, ainda, um motivo para celebração. Numa sociedade que tem tanta homofobia, tanto preconceito, as pessoas ainda conseguem construir uma série de estratégias para superar essas discriminações e seguir vivendo suas vidas.

Mas, além da visibilidade e do papel de celebração, também há um papel de reivindicar, de cobrar uma postura dos governantes e dos poderes constituídos em relação aos direitos homossexuais. Então, a bandeira principal da Parada desse ano é a aprovação do PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia e que está em tramitação no Senado Federal. E essa é uma bandeira muito importante, porque o nível de violência atinge hoje quase 70% dos homossexuais no Brasil.

Assim, a Parada é, ao mesmo tempo, uma grande festa de celebração da cidadania e uma grande festa política, por direitos. Só o fato de as pessoas estarem ali, à luz do dia, dizendo “somos gays”, “somos lésbicas”, “somos travestis”, “somos transexuais”, “existimos”, é histórico e tem um papel político importantíssimo.

Por último, vamos lançar na Parada um site que vai ser a maior plataforma de mobilização por essa lei no Brasil, o www.naohomofobia.com.br. Nossa previsão é ter

pelo menos um ano de campanha, dessa parada até a próxima, para colher cerca de um milhão de assinaturas e entregá-las ao Senado Federal exigindo a aprovação dessa lei.

Como você vê a posição da sociedade a respeito da homofobia e da sua criminalização?

O projeto de lei já foi aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado, encontra resistência de setores conservadores e senadores religiosos fundamentalistas, liderados, no Rio de Janeiro, pelo senador Crivella. Mas a sociedade vem respondendo. A última pesquisa do Data Senado, de junho passado, apontou que 70% das pessoas entrevistadas no Brasil apóiam a lei de criminalização da homofobia, resultado que, talvez, há uma década, fosse o contrário.

Então, as coisas vêm mudando. É importante que haja mais informação, mais mobilização pelos direitos, para que mais pessoas se sensibilizem em relação ao tema. Sabemos que muitos homossexuais têm dificuldade de assumir sua homossexualidade por conta do preconceito. Se vivêssemos em uma sociedade que não fosse tão preconceituosa, nem estaríamos discutindo essa questão de assumir ou não. Mas quando parte da sociedade ainda tenta nos silenciar, é preciso que pessoas de carne e osso apareçam dizendo “somos homossexuais e temos direitos” para que isso seja uma referência para que outros também se coloquem.

A própria presença dos heterossexuais nas Paradas e o fato de que cada vez mais voluntários heterossexuais se cadastram no Grupo Arco-Íris demonstram uma mudança de posicionamento. Apesar de ainda haver na nossa sociedade um setor muito resistente a essas mudanças, acho que é um caminho que não tem mais volta. Para que as coisas mudem, é preciso que as pessoas se posicionem, que mais homossexuais se coloquem, que mais instituições – como o CRP faz – contribuam para a promoção da cidadania desse grupo. Precisamos ser donos do nosso próprio destino.

Então, venho sentindo a mudança, mas é preciso que essa mudança se reflita em dispositivos legais, como as leis de criminalização da homofobia, do reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo, de mudança de nome de travestis e transexuais. Várias leis que possibilitem a promoção da qualidade de vida dos homossexuais.

Como você avalia a forma como o debate em torno da criminalização vem sendo feito na sociedade?

Há pouco espaço na mídia para debater o assunto. É por essa razão que a Parada tem como tema a aprovação do PLC 122/2006, para gerar esse debate. É preciso abrir mais espaço. Por isso, o papel do CRP, por exemplo, abrindo espaço para debater essa lei, é fundamental. É preciso usar o espaço não só da mídia convencional, mas também da mídia alternativa. Alguns programas de televisão já vêm participando, mas a maior parte deles ou é para gerar um embate entre nós e os evangélicos - mais para aumentar a audiência do que para gerar um debate rico - ou são programas evangélicos que falam da lei sem dar direito de a comunidade (LGBT) se colocar.

Mas acho que, mesmo com essas dificuldades, vem avançando o debate sobre a criminalização da homofobia. Várias pessoas já se colocam sobre o assunto, mas é preciso popularizar esse debate e deixar claro que não queremos criar uma nova casta,

uma “ditadura gay”, ou ter direitos privilegiados, como alguns evangélicos dizem. Isso tudo é uma grande mentira. O que estamos reivindicando é, no mínimo, uma equiparação de direitos entre nós e o restante da população. Não dá para sermos tratados como cidadãos de segunda classe, como se a nossa dor fosse menor do que a dor dos outros.

O que você diria à sociedade a respeito da questão da homofobia?

Acho importante que cada indivíduo comece a refletir sobre qual é o seu papel, no que ele pode contribuir para mudar essa realidade. Muitas vezes, esperamos que uma instituição, uma ONG ou uma entidade se coloque, mas e eu, indivíduo, onde estou nisso? Como eu me coloco? No que eu poderia ajudar? Há várias formas de participar. Não dá para ficarmos passivos diante da vida, esperando que os outros façam por nós.